

Revisão de acordo de 93 atrai mais governadores

Rio, Sergipe e Paraíba também são a favor de renegociar acordos feitos com a União

**IRANY TEREZA
e KÁSSIA CALDEIRA**

Os 19 governadores que propõem a revisão do acordo de renegociação da dívida dos Estados aprovado pelo Senado em 1993 ganharam novas adesões ontem. Seus colegas de Sergipe, Albano Franco (PSDB), e da Paraíba, José Maranhão (PMDB), desejam esquecer o acordo. O do Rio, Marcello Alencar (PSDB) quer a adoção de critérios gerais de renegociação. Os de Minas Gerais, Eduardo Azeredo (PSDB), e Paraná, Jaime Lerner (PDT), afirmam apenas que são solidários aos colegas.

Alencar defendeu a redução de taxas de juros e o alongamento do prazo de pagamento, mas reivindicou que cada caso seja analisado isoladamente. Ele disse ser favorável à renegociação com o governo federal, mas ressaltou: "Sou contra os Estados ficarem apenas assumindo pleitos com a ilusão de voltar, meses depois, para repetir chorosamente os pedidos por mais soluções."

Na sua opinião, os acordos feitos até hoje só serviram "para empurrar com a barriga" o problema da dívida dos Estados. Ele classificou de "insensata" a cobrança de 11% das receitas estaduais para pagar as dívidas, acertada em 1993. Para Alencar, na época os governadores estavam em fim de mandato e se sentiram forçados a aceitar o acordo. "Nós estamos no meio da linha, sofrendo o diabo." Ele sugeriu que a União siga, com os Estados, o mesmo modelo

usado na renegociação da dívida externa e reivindicou um deságio de 30%, alegando que a dívida foi elevada pela acumulação dos juros.

O Ministério da Fazenda tem afirmado que não é possível mexer nas dívidas, mas Albano discorda. "O poder maior hoje é o Congresso e por isso os governadores recorreram ao Senado, pois que os Estados precisavam renegociar estas dívidas não há dúvida", disse. "O Senado pode rever o acordo compatibilizando os interesses do País e dos Estados, usando um critério igual para todos." Para Albano, a situação hoje é mais grave do que em 1993. "Agora temos uma economia estável e leis que exigem uma adequação do Estado a ajustes administrativos e fiscais."

Maranhão acha que é melhor rasgar o acordo de 1993 porque não

existe bom pagador sem dinheiro. "O que leva os governadores a pedir ao Senado para reconsiderar o acordo é o agravamento das dívidas", afirmou. "Estou falando com a autoridade de um bom pagador", acentuou, explicando

que tem as contas em dia. "Só podemos resolver isto negociando e precisamos de parâmetros suportáveis para pagar esta herança maldida."

Para Azeredo, o caso não se resume a rasgar o acordo de 1993. "Por solidariedade participei da reunião dos governadores, mas o caso de Minas, para mim, está resolvido", disse. "Os Estados têm problemas básicos semelhantes, mas com contornos diferentes e por isso o parâmetro para negociação é individual." Lerner disse que o Paraná renegociou o acordo em governos anteriores, mas concordou que cada Estado tem problemas específicos. "Mesmo assim, sou solidário à proposta de renegociação, porque beneficiará vários Estados."

ALBANO:
"PODER MAIOR
HOJE É O
CONGRESSO"